A FEDERAÇÃO E O IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES

BARBOSA LIMA SOBRINHO

SUMÁRIO: — *Projeto do Deputado João Menezes. Impôsto indireto: Vendas e consignações. Contribuinte de direito e contribuinte de fato, residentes no mesmo Estado e, ou em, Estados diferentes. Competência para arrecadar o tributo. Limitação do impôsto de vendas e consignações ao território de cada Estado. Injustiça do proteccionismo fiscal e comercial. Conclusão.*

O Projeto do Deputado João Menezes teve o merecimento, que já ninguém lhe tira, de chamar a atenção do País para um problema, que interessa, profundamente, à própria sorte da Federação brasileira. Não se trata de tirar alguma coisa a São Paulo, como alguns debatedores procuram insinuar. Não é um conflito entre Estados grandes e Estados pequenos. O assunto excede a êsses limites, para aparecer, acima de tudo, como um dos aspectos da aplicação dos impostos indiretos num regime federativo, quando se procura saber quem vai pagar realmente o impôsto, se é o contribuinte de direito, residente no Estado produtor, ou se é o contribuinte de fato, situado no Estado consumidor.

Dir-se-á que o impôsto de consumo se ressentir da mesma feição de impôsto indireto, verificada no impôsto de vendas e consignações. Sem dúvida, os efeitos são os mesmos. A mercadoria produzida em São Paulo paga, naquele Estado, o tributo devido à União, e quem, realmente suporta o tributo é o consumidor da mercadoria produzida em São Paulo, esteja onde estiver, naquele Estado ou em outro qualquer. Daí, resulta que São Paulo aparece, nas estatísticas, com o pagamento total do tributo, sôbre as mercadorias que produz, mas, na verdade, *transfere* o impôsto aos consumidores de suas mercadorias.

Coisa mais do que comum, no domínio dos impostos indiretos, como se pode ver no livro mais elementar a respeito da Ciência das Finanças. O processo da transferência é conhecido: incorpora-se o tributo ao preço da mercadoria. Quem compra, paga não sômente o preço estabelecido pelo produtor, como o impôsto, que o Fisco exigiu e que o produtor antecipa, funcionando como agência arrecadadora, para reaver do comprador da mercadoria não só o quantitativo do impôsto, com os ônus que possam decorrer dessa antecipação do pagamento. O que vale dizer que há um contribuinte de direito, que é o produtor, e um contribuinte

de fato, que é o consumidor, e nem sempre se situam no mesmo Estado brasileiro. O que não acarreta nenhum problema, se o tributo se incorpora à receita da União, pois que tanto faz pagar no Estado produtor como no consumidor, se o destino é o mesmo e se a autoridade mantém, de um Estado para outro, a mesma competência constitucional.

Mas no caso do impôsto de vendas e consignações o problema se altera e se agrava, misturando-se com um conflito de competência fiscal. Quando o contribuinte de direito e o contribuinte de fato, isto é, o produtor da mercadoria e o seu consumidor, residem no mesmo Estado, não há dificuldade. Mas se o contribuinte de direito reside num Estado e o contribuinte de fato em outro Estado, cabe perguntar quem deve arrecadar o tributo, ou a que receita deverá êle incorporar-se. À do Estado produtor? ou à do Estado consumidor? Ou mais precisamente, à do Estado em que se situa o produtor ou à do Estado, em que se encontra o consumidor?

Dir-se-á que essa situação se apresenta, num Estado, como uma espécie de conta-corrente. Os cariocas, por exemplo, pagam impôsto como consumidores de artigos produzidos em outros Estados, mas, em compensação, também arrecadam tributos sôbre artigos que produzem e vendem a outros Estados, ou a pessoas residentes em outros Estados. Poderia haver uma compensação, e, às vêzes, observa-se alguma coisa nesse sentido. Mas os Estados mais industrializados acabam levando vantagem nessa conta hipotética, embora não se recusasse a solução da criação efetiva de uma conta de compensação dessa natureza, para acôrto final, no térmo dos exercícios financeiros.

Como não existe coisa alguma nesse sentido, temos que encarar de frente o problema, para lhe oferecer solução imediata. A meu ver, o que seria lógico, dentro das premissas que estou apresentando, seria limitar o impôsto de vendas e consignações ao território de cada Estado. A venda feita dentro do Estado, ou a consignação para comissário residente ou situado dentro do território do Estado, estaria sujeita ao impôsto. Mas se a venda fôsse para fora do Estado, ou a consignação para representante localizado em outro Estado, o impôsto não seria devido. Mesmo que se trate de um contribuinte de fato, desde que esteja em outro Estado, não é justo que venha a contribuir para o fisco de outro Estado. Sobretudo quando o Poder Judiciário impede, com a sua jurisprudência, a cobrança de impôsto de vendas e consignações sôbre a transferência feita dentro do próprio Estado, em relação à mercadoria que passe do comissário para o comprador ou consumidor local.

Suponha-se o caso de um automóvel fabricado em São Paulo e enviado a uma agência situada em Alagoas ou na Bahia. O agente se esforça para vender a mercadoria. Promove, por sua conta, a propaganda do automóvel. Procura o freguês. Convence-o a adquirir o carro. E sôbre essa atividade e sôbre a venda, que dela resulta, o impôsto é pago a São Paulo, ou mais precisamente, foi pago a São Paulo. Ou temos que reconhecer que cabe, no caso, segundo impôsto, ou é iníqua essa atribuição do impôsto a um Estado, que nada tem que ver com o contribuinte de fato, isto é, com a pessoa que realmente paga o tributo. E' daí que se pergunta por que cargas d'água o contribuinte de Alagoas ou da Bahia terá que concorrer para o erário paulista, que não precisa dêsse sacrifício de população que ainda se encontra em estâgios produtores infinitamente precários.

Sobretudo quando se considera o que houve de auxílio federal, o que vale dizer de contribuição de todo o País, no sentido da localização de indústrias em determinados Estados da União. E quando se considera que já não é pequeno o ônus da própria política protecionista que, impedindo a entrada do produto estrangeiro, exige uma contribuição forçada dos consumidores brasileiros, através do próprio preço do produto protegido. Que esse protecionismo se faça sentir de duas formas, no preço e no impôsto de vendas e consignações, ou que o consumidor tenha que pagar uma coisa e outra, é o que não se pode considerar justo, nem útil ao destino de uma Federação, que só se poderá fortalecer por uma orientação, não diremos mais fraternal, que não é caso de fraternidade, mas pelo menos mais equitativa, ou mais justa.

O Sr. Carvalho Pinto é mestre nesses assuntos, como se pode ver de monografias escritas a respeito de temas tributários. Pois é o caso de S. Excia. meditar nesses problemas, para encontrar e defender uma solução brasileira, como a que não deixaria de ocorrer, por exemplo, a um Armando Sales de Oliveira — o paulista de coração mais brasileiro que eu tive oportunidade de conhecer, no decurso de minha vida e da minha experiência de homem público.

CONHEÇA

AS EDIÇÕES DA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

sôbre:

- ECONOMIA
 - ADMINISTRAÇÃO
 - ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS
 - DIREITO PÚBLICO
 - PSICOLOGIA
 - CIÊNCIA POLÍTICA

Pedidos à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — Serviço de Publicações

Praia de Botafogo, 186 — Fone: 46-4010 — Rio de Janeiro

Agente em S. Paulo: M. M. DE OLIVEIRA MARQUES

Rua Quirino de Andrade, 193, conj. 71 — Tel.: 36-1187